

A COLETIVA MULHERES DA SERRA: CAMINHOS REFLEXIVOS SOBRE O FEMINISMO NEGRO AFRODIASPÓRICO

Carmem Lúcia Eiterer
Tatiana Neves da Silva (UFMG)¹

RESUMO: As trajetórias das mulheres negras durante séculos têm sido marcadas por processos de exclusão, silenciamentos e muitas outras formas de opressões. A luta por centralidade nos processos históricos, sociais e políticos move as mulheres negras à proposição e efetivação de estratégias de enfrentamento e resistência aos sistemas eurocêntricos e hegemônicos. Apesar do colonialismo operar com todas as ferramentas de subalternização, principalmente aquelas interseccionadas por raça e gênero, os movimentos feministas negros vêm articulando formas de transgressão a partir da decolonialidade. Diante disso, este artigo busca refletir sobre a atuação de uma Coletiva de mulheres negras, sediada em Belo Horizonte, com vistas à construção de estratégias para uma educação antirracista. Objetiva-se discutir a urgência de visibilizar as narrativas, produzidas pelo feminismo negro. Reflete-se a respeito dessa experiência ativista, a partir da perspectiva afrodiaspórica e embasada nos estudos decoloniais. Apresenta-se um breve panorama do movimento de mulheres negras no Brasil, dialogando com intelectuais negras que trazem relevantes contribuições para esse trabalho. Lélia Gonzalez, Angela Figueiredo, nos auxiliam na empreitada de discutir as questões em torno de gênero e raça no Brasil. Nesse sentido, as intelectuais bell hooks, Patrícia Collins, Kimberlee Crenshaw subsidiam o entendimento do feminismo negro a nível global. Aponta-se para a potência do movimento de mulheres negras no Brasil e dos coletivos formados por essas mulheres.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres Negras. Feminismo Negro. Diáspora. Decolonialidade.

ABSTRACT: *The trajectories of black women for centuries have been marked by processes of exclusion, silencing and many other forms of oppression. The struggle for centrality in historical, social and political processes moves black women to propose and implement strategies to confront and resist Eurocentric and hegemonic systems. Despite colonialism operating with all the tools of subalternization, especially those intersected by race and gender, black feminist movements have been articulating forms of transgression based on decoloniality. Given this, this article seeks to reflect on the performance of a Collective of black women, based in Belo Horizonte, with a view to building strategies for an anti-racist education. The aim is to discuss the urgency of making the narratives produced by black feminism visible. It reflects on this activist experience, from an Afro-diasporic perspective based on decolonial studies. A brief overview of the black women's movement in Brazil is presented, dialoguing with black intellectuals who bring relevant contributions to this work. Lélia Gonzalez, Angela Figueiredo, help us in the endeavor to discuss issues around gender and race in Brazil. In this sense, the intellectuals bell hooks, Patrícia Collins, Kimberlee Crenshaw subsidize the understanding of black feminism at a global level. It points to the power of the black women's movement in Brazil and the collectives formed by these women.*

KEYWORDS: *Black Women. Black Feminism. Diaspora. Decoloniality.*

INTRODUÇÃO

A ampliação dos estudos no campo do conhecimento sobre o feminismo e as novas narrativas protagonizadas por movimentos diaspóricos de mulheres negras indicam a presença de uma cultura de resistência. Partindo do entendimento da diáspora nas Américas, pode-se dizer que as mulheres negras diaspóricas se orientam e organizam-se enquanto movimento

¹ Carmem Lúcia Eiterer. Doutora e professora titular da UFMG. E-mail: eiterercarmem@gmail.com Tatiana Neves da Silva. Mestrado em Educação pela UFMG. E-mail: tatiananeves1985@gmail.com.

social para contar suas histórias, dizendo de si mesmas, mesmo quando ainda não havia uma discussão acerca do feminismo como movimento de mulheres. No entanto, verifica-se também tentativas de silenciamento, apagamento das histórias de lutas do movimento negro e do feminismo negro brasileiro. Essas ações de invisibilidade são orquestradas pelos sistemas opressores hegemônicos, ancorados na branquitude em primeira esfera, e no patriarcado. Diante disso, inexistiu por parte desses grupos dominantes o debate ativo sobre as questões raciais, interseccionadas pelo gênero. Portanto, o movimento feminista negro articula as estratégias de resistência, construindo e persistindo numa agenda de lutas, principalmente a partir da década de 1970.

Na intenção de dialogar com as narrativas dos grupos de mulheres negras do Brasil, este artigo busca apresentar reflexões desenvolvidas no âmbito de uma pesquisa de mestrado em educação. Tal pesquisa buscou compreender as estratégias construídas pela Coletiva Mulheres da Serra, na cidade de Belo Horizonte, com vistas à uma educação antirracista. Ressalta-se aqui a visão de educação de forma ampliada, pois entende-se que os movimentos sociais são produtores potentes de saberes, de pedagogias de resistências, e re(existências), de mudanças, pois: “os coletivos populares se reconhecem sujeitos de conhecimentos, de valores, culturas, sujeitos de processos de humanização/emancipação. Sujeitos pedagógicos produzindo Outras Pedagogias” (ARROYO, 2012, p. 25).

Nesse sentido, estabelecemos um diálogo com os estudos decoloniais, problematizando conceitos a partir do ponto de vista das sujeitas da referida pesquisa, orientadas pela frase trazida enquanto lema desta Coletiva: “Ser mulher, ser território próprio”. Diante das questões suscitadas a partir desse trabalho, pretende-se convidar para o debate teórico autoras e autores que auxiliem nessa interlocução. Objetiva-se neste artigo pensar sobre quais as contribuições que tal investigação apresenta para o fortalecimento de uma educação antirracista e feminista, pautada na valorização de ser mulher negra no contexto da periferia, trazendo as narrativas dessas mulheres para o centro do debate, diante da perspectiva diaspórica.

Stuart Hall (2006), problematizador da diáspora africana, proclamava que a travessia forçada do continente africano para as terras colonizadas deve ser compreendida para além de deslocamento físico geográfico ou de desterritorialização de sujeitos. Para ele, a diáspora possibilitou a ampliação da própria noção de afastamento geográfico, pois passou também a designar um tipo de consciência, um modo de produção cultural, uma experiência intelectual e consciência identitária que altera e confunde os próprios modelos fixos de identidade cultural. Sujeitos diaspóricos são, portanto, híbridos e não conformados dentro de uma perspectiva de composição racial mista da população como propunham os estados modernos na sua ideia inventada e imaginada de nação. Ou seja, fazem parte de um processo de “tradução cultural” incompleta, pois estão em constante negociação. Desta maneira, reconhece-se neste artigo as narrativas e saberes construídos por sujeitas historicamente subalternizadas em contraposição às narrativas eurocêntricas.

A COLETIVA MULHERES DA SERRA: SER MULHER, SER TERRITÓRIO PRÓPRIO

A Coletiva Mulheres da Serra² surge em 2018, formada majoritariamente por mulheres negras, de múltiplas atuações: psicólogas, professoras, pesquisadoras das relações étnico-raciais, artistas. Uma parte significativa dessas sujeitas reside no Aglomerado da Serra (Belo Horizonte), que é também o principal espaço de atuação. O grupo se forma a partir das

² Devido às questões éticas, utiliza-se o nome fictício para a Coletiva

demandas locais, do território no qual estão inseridas, e tem relação com os contextos de vidas das componentes, que residem na Serra.

No princípio, as demandas se concentravam em atendimentos psicológicos das mulheres do entorno, tendo em vista o cotidiano atravessado por diversas formas de violências. No entanto, com o tempo, houve manifestação de outras demandas. Por isso, atualmente, as principais ações da Coletiva são: atendimentos psicossociais, encontros com oficinas, workshops de dança, teatro, seminários, rodas de conversa e apresentações artísticas, entre outros. Desenvolvem-se atividades de formação e reflexão, capacitando as sujeitas do Aglomerado para o enfrentamento da violência contra a mulher e o racismo estrutural, para a efetivação dos direitos à saúde emocional e psíquica, de viver dignamente, atenção para a importância do afeto e do autocuidado mútuo, utilizando e produzindo o espaço urbano com justiça social. No final de julho de 2021, criou-se um eixo de trabalho denominado formação, visando a alfabetização das mulheres jovens, adultas e idosas. A proposta centrada na apropriação da leitura e escrita crítica do mundo, nas palavras de uma das integrantes do movimento social, visa *“Uma educação emancipatória”* (M, 31 anos).

As Mulheres da Serra se mantêm a partir de parcerias estabelecidas com instituições privadas (farmácias, livrarias, padarias, ONGs, empresas de produtos de higiene pessoal, de decorações) e doações advindas de pessoas físicas. A Coletiva organiza-se em distintos e complementares eixos, a saber: saúde mental; comunicação; escrita de editais; assistencial; cultura e arte

O Aglomerado da Serra em Belo Horizonte congrega diferentes comunidades que estão entre as mais pobres e consideradas como das mais violentas do país. Acumulam carências decorrentes da situação de analfabetismo prevalente e da precária presença de políticas públicas e equipamentos do Estado. Constatando a ausência do Estado, refletida na dificuldade de acesso aos direitos básicos (educação, moradia, saúde, segurança etc.), a Coletiva traça um projeto de emancipação social, focado nas lutas pela efetivação dos serviços/direitos essenciais da população do Aglomerado. Nessa perspectiva, durante uma Audiência Pública, realizada na Câmara Municipal de Belo Horizonte, cujo objetivo principal consistia em escutar as demandas das mulheres do Aglomerado a partir das vozes da Coletiva, uma vereadora do campo progressista, proferiu a seguinte fala:

Em primeiro lugar, falar do tamanho do Aglomerado. Eu acho isso importante, porque muitas vezes isso vai ser utilizado como desculpa pra falar: ah, mas a gente não consegue dar conta de tanta gente, de tantos lugares, um espaço desse tamanho. Isso, eu acho que é um absurdo quando eu escuto esse tipo de argumento, porque é como se o Aglomerado tivesse que caber dentro do poder público, e não o poder público que tivesse que caber para o Aglomerado. E não que a máquina do poder público tivesse que dar conta de toda essa complexidade, de todo o território, assim como dá conta de outras regiões da cidade. Então, eu queria começar falando isso assim. E falar que o tamanho do Aglomerado, eu acho que tem uma potência muito grande. Então tem que ser encarado como potência e não como desculpa para não dar conta de todo o território, sabe. É nítido aos nossos olhos que o Aglomerado traz contribuições culturais, artísticas, enfim, de renda, de várias coisas pra cidade, que é muito importante, sabe. Tem um valor pra cidade, um valor muito grande. Então, assim, isso precisa ser potencializado, e não violentado, que na prática é isso. Que na prática, é o que vocês disseram aqui: o SAMU não sobe, o camburão sobe. Não é uma questão de não poder, de não ter como (LOURENÇA, junho, 2021, transcrição própria).

Nas estratégias que a Coletiva elabora existe uma intencionalidade, de que as sujeitas público-alvo sejam multiplicadoras dessas ações, umas apoiando às outras, com suporte

afetivo, escuta, intercâmbio de experiências e até mesmo doações entre elas. Portanto, naquilo que tange ao impacto das ações, As Mulheres da Serra vem alcançando mais de 500 mulheres nas várias frentes de atuação, e aponta para 2021 a proposta da sua institucionalização enquanto Organização Não Governamental (ONG), a busca por um Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

A Coletiva visibiliza as múltiplas narrativas femininas, presentes na periferia onde atua. Nesta direção, entende-se a Coletiva enquanto um grupo de mulheres negras diaspóricas. De acordo com Reis (2012), pode-se conceber a diáspora como movimento social por entendê-la como um espaço de tensão, no qual perdas e ganhos são vivenciados pelos sujeitos diaspóricos, os quais lidaram cotidianamente com isso dentro de um contexto de discriminação e de exclusão. A autora define a compreensão de diáspora como algo externo à nação e a sua contribuição se estende com a análise dos processos e formas interculturais e transculturais operadas pelas mulheres negras no pós-colonialismo.

Portanto, observa-se que em cada ação política engajada dos movimentos de mulheres emerge uma contranarrativa dos ensejos hegemônicos. Com isso, existe uma desconstrução, reinterpretação e construção de outras narrativas. Destaca-se que são narrativas omitidas pela história dita oficial, do discurso dominante. Essas contranarrativas revelam o protagonismo das mulheres. Ademais, confrontam as epistemologias e projetos identitários impostos pelos colonizadores na execução de um plano civilizatório eurocêntrico. Nessa direção, as feministas negras vêm elaborando narrativas que promovam a expansão e o compartilhamento de uma consciência centrada na superação das opressões vivenciadas e experienciadas por todas as mulheres negras da diáspora atlântica.

O trabalho da Coletiva Mulheres da Serra apresenta entre seus objetivos principais valorizar o protagonismo das mulheres do território, escutando e reverberando as suas histórias. As rodas de conversa que acontecem na sede da Coletiva, configuram um potente espaço de troca de saberes e retorno às memórias e aprendizados ancestrais, lembrando e ensinando o poder curativo das ervas, o trançar dos cabelos, a dança de ritmos que exaltam a corporeidade negra. Nesses momentos, o conhecimento dessas mulheres é central. Segundo Cardoso:

O pensamento de mulheres negras brasileiro vem sendo parido à luz de saberes, práticas e experiências cotidianas de resistência das mulheres negras. Gestado e alimentado por valores, princípios e cosmovisão com referenciais negroafricanos-indígenas/amefricanos, constituído e elaborado por diferentes linguagens, se manifesta em diversas áreas, faz da pluralidade da diáspora negra, sua riqueza (CARDOSO, 2019, p.44).

Historicamente, este tem sido o cerne do movimento de mulheres negras no Brasil, preservar os legados da diáspora, evidenciar os saberes produzidos a partir das suas experiências, e construir frentes de luta contra o racismo e as desigualdades por ele provocadas. O lugar de protagonismo das mulheres negras vem sendo reivindicado ao longo de anos por intelectuais e ativistas da sociedade brasileira.

ATIVISMO DAS MULHERES NEGRAS: PERSPECTIVAS DECOLONIAIS E AFRODIASPÓRICAS

As mulheres negras conquistaram um lugar de protagonismo dentro do Movimento Negro Brasileiro, trazendo suas pautas para a centralidade dos debates. Nesse sentido, dentre as várias organizações coletivas de mulheres negras, podemos citar conforme Ratts e Rios (2010), a criação do Nzinga Coletivo de Mulheres, em 1983, no Morro dos Cabritos, zona oeste da cidade do Rio de Janeiro. Lélia Gonzalez foi a primeira coordenadora desse coletivo, que

tinha o objetivo de trabalhar com mulheres negras de baixa renda, e reunia sujeitas de diferentes posições sociais: moradoras do morro e de bairros de classe média, trabalhadoras manuais com baixa escolaridade e mulheres com formação universitária. A Coletiva Nzinga abrigava ainda sujeitas advindas de diversas experiências de formação associativa (movimento feminista, movimento negro, associações de favelas, dentre outras). Nesse contexto, o Nzinga trouxe uma dimensão importante para as demais organizações: o desenvolvimento na prática das categorias de raça, sexo e classe.

As pesquisas sobre desigualdades de gênero iniciam-se nos anos 60, através dos movimentos feministas, que denunciavam formas particulares de dominação e subalternização das mulheres. Desses estudos originam-se outros, visibilizando sujeitas e sujeitos sociais excluídas/os da história hegemônica: negros, homossexuais, imigrantes, povos indígenas. Inicialmente, a luta dos movimentos femininos mostrava-se universalizante, não reconhecendo a discriminação sofrida pelas mulheres negras. Conforme hooks (2019), o movimento feminista era narcisista e universal, segregando as diversidades étnico-raciais e formatando hierarquias de opressão.

Nessa direção, de acordo com Gonzalez (2020), na situação brasileira, o movimento de mulheres, derivado dos setores mais progressistas da classe média branca, com frequência ignorava a questão racial. Diante disso, nas reflexões de Lélia Gonzalez, o feminismo latino-americano enfraqueceu durante as décadas de 70 e 80, por desconsiderar o caráter multirracial e pluricultural das sociedades da região, adotando uma formulação de princípios amplamente notados em discursos masculinos e brancos.

Falar da opressão da mulher latino-americana é falar de uma generalidade que esconde, enfatiza, que tira de cena a dura realidade vivida por milhões de mulheres que pagam um preço muito alto por não serem brancas. Concordamos plenamente com Jenny Bourne, quando ela afirma: "Eu vejo o antirracismo como algo que não está fora do movimento de mulheres, mas como algo intrínseco aos melhores princípios feministas." (GONZALEZ, 2020, p. 142). Desta forma, a urgência de um espaço específico para responder às suas reivindicações fez com que o coletivo de mulheres negras brasileiras se reunisse em torno de um único objetivo, constituindo a organização do movimento de mulheres negras, trazendo uma dupla militância: a continuidade e a garantia das conquistas no campo racial, ainda que num contexto de desigualdades de gênero; e a demanda para que as conquistas dos movimentos feministas não priorizassem apenas as mulheres brancas. Diante dessa perspectiva, os movimentos se dão em frentes de atuações diversas, contribuindo no processo de democratização do Estado, na luta contra a violência doméstica, as diferenças salariais, pelo direito de decisão sobre a sua sexualidade, conquistando autonomia sobre seus corpos etc. As mulheres negras enfrentaram e se deparam até os dias atuais com uma extensa camada de opressões: raça, gênero e classe. Por isso, "Ser Negra e mulher no Brasil, é objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no nível mais alto de opressão" (GONZALEZ, 2020, p. 58). Esse cruel sistema opressor baseia-se na interseccionalidade de dispositivos de dominação. Mas, o que poderíamos definir enquanto interseccionalidade?

No tocante às opressões, falamos anteriormente que existe uma tripla camada de discriminações, com relação às mulheres negras. No entanto, essa tríplice aliança é atravessada por uma infinidade de intersecções, "tais como classe, raça, cor, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, são diferenças que fazem diferença na forma como vários grupos de mulheres vivenciam a discriminação" (CRENSHAW, 2002, p.173). De acordo com Crenshaw (2002), a tentativa de resguardo da dignidade dessas mulheres, garantindo o pleno exercício dos seus direitos, demanda que se compreenda, para além do gênero, as variadas

formas pelas quais o gênero realiza intersecções com uma infinidade de outras identidades, e refletir sobre como essas interseccionalidades impactam nas fragilidades particulares de cada grupo de mulheres (CRENSHAW, 2002, p.174). A autora define interseccionalidade da seguinte forma:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (CRENSHAW, 2002, p.177).

Os corpos negros femininos lideram as estatísticas de feminicídio, violência doméstica, gravidez precoce, população carcerária. O movimento feminista negro constrói estratégias de resistências e (re)existências cotidianamente, trazendo essas mulheres que vivem às margens para o centro, nas lutas contra o racismo, a opressão, a subalternização. Como alerta Collins (2019), o desenvolvimento do feminismo negro ocorre muitas vezes, na direção dos projetos de justiça social antirracista. Logo, “enquanto persistir a subordinação das mulheres negras dentro das opressões interseccionais de raça, classe, gênero, sexualidade e nação, o feminismo negro como resposta ativista a essa opressão continuará necessário” (COLLINS, 2019, p. 79). No Brasil, as feministas negras assumem o protagonismo nas buscas por reconhecimento das suas identidades raciais e de gênero, e pela efetivação dos seus direitos.

Na presença dos padrões de dominação tão sofisticados, o ativismo das mulheres negras precisa organizar-se de forma coesa, para enfrentar esses sistemas complexos de opressões. Conforme Collins (2019), é importante a elaboração de estratégias de formação de coalizões, pois as lutas por transformações são ainda mais difíceis sem aliados. “Por exemplo, o feminismo negro como projeto de justiça social apoiou e, em muitos casos, se engajou em coalizões com outros movimentos pela justiça social” (COLLINS, 2019, p. 443). Assim, as alianças são necessárias para transgredir os modelos de objetificação criados e sustentados pelo colonialismo.

A esta altura cabe lembrar que muito se tem falado sobre colonização ou decolonialidade em nossa atualidade. Para continuidade da discussão, é necessário rever o conceito de colonialidade. Entende-se por colonialidade a maneira de ser das relações sociais advindas do período do colonialismo, maneira esta fundada nas ideias e práticas europeias de dominação e opressão, com base nas invasões das terras que formam a América Latina. Vejamos: a colonialidade se reproduz em uma tripla dimensão: a do poder, do saber e do ser. E mais do que isso: a colonialidade é o lado obscuro e necessário da modernidade; e a sua parte indissociavelmente constitutiva (MIGNOLO, 2003, p. 30, apud BALLESTRIN, 2013, p. 100).

Ao longo do período colonial, formas de viver e de gerenciar as vidas foram propagadas e fixadas no Brasil, a partir de um repertório de práticas idealizadas e expandidas pelos colonizadores. O colonialismo forjou mentalidades, linguagens, regulações, traumas, dispositivos de interação social e trocas simbólicas que até hoje povoam a mentalidade, as práticas e as relações sociais (RUFINO, 2019). A ideia é a de que a colonialidade ainda não foi vencida ou superada, mas é persistente em nossas vidas.

Haja vista a vigência da colonialidade enquanto estrutura das relações e hierarquias na sociedade contemporânea, a elaboração de estratégias de resistência é de suma importância

para a transformação do cenário de opressão. Portanto, a decolonialidade emerge como um conceito e prática de reinvenção, de devir, de (re)existências aos sistemas que oprimem, que impossibilitam a vida em sua total amplitude e humanização, principalmente no que diz respeito a populações colocadas intencionalmente à margem da sociedade. A descolonização deve ser entendida não somente como um mero conceito, mas também como uma prática permanente de transformação social na vida comum. É, portanto, “uma ação rebelde, inconformada: em suma, um ato revolucionário” (RUFINO, 2019, p.11). Desta maneira, entende-se que os movimentos de resistências têm denunciado, respondido e enfrentando a colonialidade com vigor, estabelecendo as lutas decoloniais.

As crises são momentos de oportunidade. Diante do esgotamento dos discursos e paradigmas eurocêtricos e de sua capacidade de gerar alternativas políticas voltadas ao futuro, o panorama atual traz um momento de oportunidade para os movimentos decoloniais. A mudança do conteúdo dos nossos projetos de luta anti-imperialista e anticapitalista moderna para um conteúdo antissistêmico de mudança civilizatória constitui hoje mais do que nunca uma necessidade e um projeto atrativo a muitas populações no mundo atual (GROSFOGUEL, 2020, p.75).

Verificam-se no cenário brasileiro as invisibilidades causadas pela lógica colonial, sejam invisibilidades epistêmicas, dos corpos, das identidades, do existir, principalmente da mulher negra, que se insere em um contexto de múltiplas opressões. O epistemicídio, que caracteriza a colonialidade, incidiu diretamente sobre as mulheres negras, apagando as suas produções de saberes e conhecimentos. Assim sendo, entende-se que é necessária a união de forças do feminismo negro, a construção de diálogos e ações para confrontar a colonialidade do poder, que hierarquiza a sociedade brasileira com base em raça e gênero. Conforme Angela Figueiredo, “a colonialidade do poder destaca o modo como as hierarquias raciais permaneceram intactas após o período colonial” (FIGUEIREDO, 2020, p.209). Nesse sentido, diante das pressões dos movimentos sociais, que exigem a incorporação das sujeitas e dos sujeitos, apagados pela lógica colonial, a colonialidade do poder é reconfigurada, demonstrando uma certa abertura à inclusão desses corpos negados, ou das ditas minorias raciais.

Destaca-se ainda que o colonialismo construiu formas de essencialização e classificação dos corpos colonizados, imprimindo pesadas marcas sobre esses corpos, fortalecendo estereótipos e representações racializadas. A lógica colonial inventou corpos desumanizados, excluídos da condição de seres sociais/sujeitos. Com isso, suas narrativas e habilidades intelectuais com vistas à produção de conhecimento, e o direito de participação histórica e social foram negados. Essa dinâmica de crueldade afetou intensamente as mulheres negras colonizadas, baseada no conjunto de ações que as desumanizou. Na atualidade, persistem as representações cunhadas na desumanização dessas mulheres. Tais representações contaminam as sociedades, as instituições, causando malefícios à vida das mulheres negras.

No entanto, os corpos femininos negros têm incessantemente confrontado poderes, refutando estereótipos, questionando discriminações e representações negativas, enfrentando as desigualdades. Ressalta-se que na formação da diáspora, as articulações das mulheres negras “tinham e têm como âncora principal a luta contra a violência do aniquilamento – racista, heterossexista e eurocêntrico – com vistas a garantir nossa participação ativa no agenciamento das condições de vida para nós mesmas e para o grupo maior a que nos vinculamos” (WERNECK, 2010, p. 4). Nessa direção, na percepção de hooks (2019), muitas teorias feministas foram construídas por mulheres privilegiadas, que vivem no centro, onde as experiências contadas não dizem sobre as mulheres que vivem na margem. As margens são

espaços possíveis de construção política das ações coletivas, e mulheres negras na diáspora vêm atuando como corpos políticos, produzindo conhecimento a partir de diferentes experiências e vivências, narrativas e contextos. Deste modo, essas sujeitas demonstram, com os saberes por elas produzidos, a importância dos processos de resistência empreendidos contra negações de direitos, experimentadas ao longo da história, originando diversas respostas nas epistemologias descolonizadoras, que buscam a superação do eurocentrismo, das teorias e concepções de gênero conservadoras e hegemônicas. As epistemologias produzidas pelas mulheres negras seguem na contramão da colonialidade, protagonizando a produção do conhecimento, e a formulação de projetos políticos em variadas perspectivas: política, cultural, religiosa.

Portanto, notam-se as inúmeras conquistas das mulheres negras ao longo das décadas: ampliação de direitos, acesso às políticas, bens e serviços, protagonismo social. Entretanto, um número considerável dessas mulheres ainda vive em situação de vulnerabilidade social, diante da ausência de garantias a uma vida digna. Segundo Angela Figueiredo (2020), existe uma urgência de um pacto civilizatório, que só pode ser alcançado a partir daquelas que vivem à margem, sobre a negação de sua vida pelo Estado. Esse caminho é conhecido enquanto Bem Viver.

Bem Viver para ser uma realização histórica efetiva não pode ser senão um complexo de práticas sociais orientadas à produção e à reprodução democráticas de uma sociedade igualmente democrática, um outro modo de existência social, com seu próprio e específico horizonte histórico de sentido, radicalmente alternativos à colonialidade global de poder e à colonialidade/modernidade/eurocentrada. Este padrão de poder ainda é hoje mundialmente hegemônico, porém está sem seu momento de mais profunda crise desde sua constituição há pouco mais de quinhentos anos. Nestas condições, Bem Viver, hoje, somente pode ter sentido como uma existência social alternativa, com uma de/colonialidade do poder (QUIJANO, 2014, p. 46, apud FIGUEIREDO, 2020, p. 215).

De acordo com Angela Figueiredo (2020), os movimentos de mulheres negras brasileiras utilizam o conceito de Bem Viver, além de ampliá-lo, denunciando as crueldades do plano civilizatório. Diante desse plano, que marginaliza a população negra, as agendas das mulheres negras costumam ser atravessadas por demandas coletivas que, muitas vezes, impossibilitam a abordagem das questões específicas dessas mulheres exclusivamente (acesso igualitário à educação, inserção em trabalhos com melhor remuneração, moradia digna). Na perspectiva da autora, o Estado dificulta diariamente a vida da população negra brasileira, e especificamente das mulheres negras, que fazem parte da base dessa estrutura, sofrendo vários tipos de opressões. Perante esses entraves impostos à existência da população negra brasileira, as mulheres negras deparam-se com uma luta árdua; de lutar pelas vidas dessas pessoas diariamente.

[...] para as mulheres negras não há uma possibilidade de agenda separada, autônoma, apartada das questões de sobrevivência coletiva, trabalho, moradia, educação, saúde, segurança, entre tantas outras coisas. O pertencimento à comunidade é parte integrante e indissociável da construção de qualquer agenda política (FIGUEIREDO, 2020. p.216).

Nesse sentido, conforme Angela Figueiredo (2020), é difícil pensar numa agenda separada das mulheres negras, já que as pautas incluem uma infinidade de aspectos que impactam o povo negro no Brasil: a violência física, os extermínios, o desemprego, a fome, a dificuldade de acesso e permanência no ensino superior, o apagamento intelectual.

Nesse sentido, é válido destacar que um dos importantes aspectos que distingue o feminismo negro, ou o ativismo de mulheres negras, é a amplitude de sua agenda que, embora protagonizado por um grupo particular, não se restringe a interesses específicos voltado apenas para ele. Como questionar as desigualdades de gênero num contexto em que ainda é preciso assegurar o direito à vida? (FIGUEIREDO, 2020. p.216).

Portanto, as mulheres negras encontram-se em um lugar de potência, lutando pelas suas vidas, e pelas vidas das outras pessoas, enfrentando o colonialismo, o pensamento hegemônico, as desigualdades de um Brasil forjado em estruturas racistas. Esse movimento de luta tem avançado na garantia de conquistas. No entanto, reconhece-se que ainda há muitas estruturas de opressões, advindas das lógicas já mencionadas, a serem superadas.

CONCLUSÃO

Este texto discute a potência do movimento de mulheres negras. A experiência de ativismo que dispara a reflexão é a Coletiva Mulheres da Serra. Reflete-se que as mulheres negras que formam essa Coletiva fazem muitas vezes o papel do Estado, que deveria garantir o acesso pleno da população aos direitos. Ademais, para além dos processos de assistência, a Coletiva realiza uma mobilização para cada sujeita por elas acolhida se enxergar enquanto “território próprio”: exercendo a liberdade de ser e viver, de produzir saberes, de questionar a invisibilidade propositalmente idealizada pelos grupos dominantes, se deixar afetar por uma onda intensa de saberes diaspóricos. Saberes construídos na coletividade com mulheres que se organizam nesse grupo belorizontino, buscando a centralidade das suas narrativas de mulheres negras periféricas. Sabemos que os percursos para romper com o colonialismo e o patriarcado são tortuosos. Apesar disso, iniciativas empreendidas por essas mulheres mostram que descolonizar é possível.

Nesse sentido, me arrisco na amarração do seguinte verso: não há enfrentamento e transgressão ao colonialismo que não assuma posições contundentes e comprometidas no combate ao cárcere racial (enclausuramento e desvio do ser) e às suas produções de injustiça cognitiva. Assim, a descolonização deve emergir não somente como um mero conceito, mas também como uma prática permanente de transformação social na vida comum, é, logo, uma ação rebelde, inconformada, em suma, um ato revolucionário (RUFINO, 2019, p.11).

Concluimos afirmando a importância da existência e atuação dessas coletivas no Brasil, pois estes movimentos sociais têm nos provocado a pensar novas concepções em termos de ação política, assim como aquilo que se refere às demandas de pesquisa sobre os movimentos de mulheres. Nessa direção, Reis (2012) pontua ser fundamental que incorporem em nossas propostas de pesquisa o empoderamento e o protagonismo dessas mulheres como um movimento diaspórico, construído como movimento social. Pensar por esse ponto de vista auxilia no estímulo às mudanças sociais positivas, abrindo e pavimentando caminhos e discussões. Além do mais, centralizar esses coletivos populares estimula a visibilidade das lutas que essas mulheres vêm empreendendo no Brasil.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel González. Outros Sujeitos, Outras Pedagogias. Petrópolis, RJ: vozes, 2012.
BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília, nº 11, p.89-117, maio/ agosto, 2013.

BELO HORIZONTE. CÂMARA MUNICIPAL. 17ª Reunião Ordinária da Comissão de Mulheres na Câmara Municipal de Belo Horizonte, 02 de julho de 2021. Disponível em: <www.cmbh.mg.gov.br>. Acesso em 20 de agosto de 2021.

CARDOSO, Claudia Pons. Amefricanidade: Proposta Feminista Negra de Organização Política e Transformação Social. Lasa Forum. vol. 50, p.44-49, 2019.

COLLINS, Patrícia Hill. Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo, 2019.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Estudos Feministas. Ano 10 vol. 1, p.171-188, 2002. Disponível em

<<http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>> Acesso em: 15 de agosto de 2021.

FIGUEIREDO, Angela. A Marcha das Mulheres Negras conclama por um novo pacto civilizatório: descolonização das mentes, dos corpos e dos espaços frente às novas faces da colonialidade do poder. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramon (org).

Decolonialidade e Pensamento Afrodiaspórico. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos. In: RIOS, Flavia; LIMA, Márcia (Org). 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GROSGOUEL, Ramón. Para uma visão decolonial da crise civilizatória e dos paradigmas da esquerda ocidentalizada. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramon (org). Decolonialidade e Pensamento Afrodiaspórico. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

HALL, Stuart. Da diáspora: Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

HOOKE, Bell. Teoria Feminista: da margem ao centro. São Paulo: Perspectiva, 2019.

REIS, Marilise Luiza Martins. Diáspora Como Movimento Social: A Red de Mujeres AfrolatinoAmericanas, Afrocaribeñas y de la Diáspora e as políticas de combate do racismo numa perspectiva transnacional.

Florianópolis: UFSC, 2012. Disponível em:

<<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/100761/308891.pdf?sequence=1>>. Acesso em: out, 2021.

RATTS, Alex; RIOS, Flavia. Lélia Gonzalez: Retratos do Brasil Negro. São Paulo: Summus/Selo Negro, 2010.

RUFINO, Luiz. Pedagogia das Encruzilhadas. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2019.

WERNECK, Jurema. Nossos passos vêm de longe! Movimento de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. Revista ABPN-Associação Brasileira de Pesquisadores (as) Negros (as). vol. 1, n.1, março/junho de 2010.

Recebido em 19-05-2022
Revisões requeridas em 04-03-2023
Aceito em 08-03-2023